

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

LISBOA E RIO DE JANEIRO

PUBLIC LIBRARIES IN THE LUSO-BRASILIAN EMPIRE

LISBON AND RIO DE JANEIRO

JULIANA GESUELLI MEIRELLES | Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar e analisar a estruturação das bibliotecas públicas da Corte nas duas principais capitais do império luso-brasileiro durante o governo de d. João VI (1792 a 1821), dois *locus* de cultura considerados de suma importância para a sustentação política da coroa bragantina. Trataremos da fundação da Biblioteca Pública em Lisboa (1796) e discutiremos o nascimento da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1814). Por meio do estudo da figura do bibliotecário régio, é possível compreender vieses importantes da sua principal atividade: a seleção e catalogação das obras que compunham o acervo real.

Palavras-chaves: D. João VI; bibliotecas; bibliotecários; acervo real.

ABSTRACT

This essay aims to present and examine the way the Royal Public Libraries were structured in the two main capitals of the Luso-Brazilian Empire during the reign of D. João VI (1792-1821), two *cultural loci* deemed of summary importance in their political support of the government. Throughout this essay, the founding of the Biblioteca Pública in Lisbon (1796) will be addressed and the birth of the Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1814) will be examined. By focusing on the figure of the librarian, it is possible to grasp crucial aspects of their main activity: the selection and cataloguing of works from the royal collection.

Keywords: D. John VI; libraries; librarians; royal collection.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y analizar la estructura de las bibliotecas públicas reales en las dos ciudades principales del imperio luso-brasileño durante el reinado del Rey João VI (1792-1821), dos *loci* de cultura considerada de suma importancia para el apoyo político de la corona Bragantina. A lo largo de este artículo, se estudiará la fundación de la Biblioteca Pública de Lisboa (1796) y, posteriormente, analizaremos el nacimiento de la Biblioteca Pública de Río de Janeiro (1814). A través del estudio de la figura del bibliotecario real, es posible entender los sesgos importantes de su actividad principal: la selección y catalogación de las obras que componen la colección real.

Palabras clave: D. João VI; las bibliotecas; los bibliotecarios; colección real.

A BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE DE LISBOA: LOCUS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Durante o governo de d. José I teve início o projeto da primeira biblioteca pública portuguesa (1775-1795). Inserida dentro de uma política mais ampla – a reforma pedagógica empreendida pelo então primeiro-ministro português marquês de Pombal –, a idealização do novo espaço foi do frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, um de seus mais eminentes colaboradores no campo do ensino e da cultura. Em relação à composição do acervo, Cenáculo fez uso da verba do subsídio literário,¹ imposto que seria usado para “formar uma das mais importantes bibliotecas da Europa” (Domingos, 1994a, p. 62). O discurso do frei nos sinaliza que os homens de letras do período tinham como questão primordial o compasso cultural entre Portugal e a Europa do norte, a ser atingido através do progresso da razão e das artes.² Os livros, nesse sentido, eram um dos principais objetos culturais responsáveis por essa transformação.

A “política do livro” em Portugal, entre o final do século XVIII e o início do XIX, no entanto, foi absolutamente *sui generis*. No caso português coube à monarquia o encargo de instruir e “civilizar” a nação por meio de uma política de incentivo cultural que atendesse os anseios e projetos governamentais. Implantada pelas mãos da realeza, a Biblioteca Pública reafirmava sua tradição como sinal de saber e/ou poder e, nessa tarefa, o Estado foi o principal interventor.

Ao longo de duas décadas (1775-1795), a primeira Biblioteca Pública da Corte sofreu avanços e retrocessos (Domingos, 1994a, p. 68-69). Apesar das dificuldades, tal experiência foi fundamental para a fundação de sua congênere lisboeta, em 1796. A análise das diretrizes do alvará de 1796 nos mostra que a concepção do novo *locus* de cultura já possuía três linhas mestras: a promoção dos progressos da literatura portuguesa, o estabelecimento de uma livraria pública e o avanço dos conhecimentos literários e científicos para a condução dos homens ao alcance da virtuosa sabedoria (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, códice 10.610). Mormente em tempos de Revolução Francesa, a constituição de uma biblioteca pública delineava explicitamente a relação entre a soberania política e a constituição de um lugar institucionalizado onde o conhecimento público aliado à memória real fosse preservado. Contudo, apesar de a biblioteca ser apresentada à sociedade como uma “instituição de cultura ao serviço de todos os vassallos de S. M. Rainha D. Maria I”, o acesso ao acervo foi restrito, o que já aponta para uma diferença central em relação às suas congêneres europeias (Domingos, 1994b, p. 3).

O alvará de 1796 é composto por nove ordens referentes às funções administrativas e tramitações burocráticas da Biblioteca Pública. A sexta ordem em especial nos interessa,

-
- 1 O subsídio literário consistia em um imposto sobre as bebidas alcoólicas cujo fim seria o financiamento de redes de escolas menores em todo o país, servindo também para pagar os professores régios e editar novos manuais pedagógicos.
 - 2 A “política do livro” na França e Inglaterra teve como mote a conciliação entre a liberdade de escrita e de imprensa assim como o aumento da capacidade de consumo e formação de um amplo mercado de livros – com os livreiros e escritores à frente desse processo (Curto, 2007, p. 206).

pois trata do funcionamento interno do *locus* e dos papéis exercidos por seus profissionais. O destaque dava-se para o bibliotecário-maior, que seria o responsável por sua direção geral, devendo responder diretamente ao ministro da Real Fazenda. Personagem central dentro da estruturação e manutenção da biblioteca, um de seus principais desígnios era servir ao bem público “com utilidade e prontidão”, primando, assim, pelo efetivo atendimento aos “estudiosos” que forem à biblioteca. Abaixo dele, encontramos o segundo bibliotecário, cujo dever era ajudá-lo “no que necessário for”, substituindo-o “na sua ausência e em seus impedimentos” (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.610).

A análise detida dos decretos de nomeação dos dois agentes basilares da recém-fundada Real Biblioteca Pública da Corte – Antônio Ribeiro dos Santos, o bibliotecário-maior, e Agostinho José da Costa de Macedo, o segundo bibliotecário – indica-nos que, muito provavelmente, a escolha desses sujeitos históricos era sustentada por um rígido *critério de seleção*. Entre as qualidades do profissional destacavam-se seus “amplos conhecimentos das mais depurada literatura, experiência, madureza e probidade”. Afinal, exerceria um emprego de grande consideração (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.610).

O BIBLIOTECÁRIO-MAIOR ANTÔNIO RIBEIRO DOS SANTOS E O ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE DE LISBOA

A escolha de Antônio Ribeiro dos Santos (1745-1818) como bibliotecário-maior foi baseada especialmente em um critério de distinção: a sua biografia. Apesar de não ter linhagem nobre, sua trajetória intelectual o qualificava como homem de vasta erudição e retidão moral (Dias, 1974, p. 417). Clérigo formado em direito pela Universidade de Coimbra, onde também exerceu o magistério (1779-1795) e atuou como bibliotecário da Livraria do Estudo (1777-1796), sua projeção profissional nos meios ilustrados lusitanos deu-se desde os tempos da política reformista pombalina, da qual foi um crítico contumaz. Apesar de sua carreira política de destaque, este artigo visa compreender alguns vieses de sua atuação como bibliotecário da Real Biblioteca Pública da Corte.

O experiente homem de letras esteve à frente da direção do *locus* durante vinte anos (1796-1816). Nesse período, com a ajuda de um seletivo grupo de súditos, que também estavam incumbidos de levar avante o novo empreendimento real, Ribeiro dos Santos estruturou a nova Biblioteca Pública (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.610). Seu projeto cultural priorizava a divisão do acervo (com foco na organização por temas) e a boa utilização do espaço.

A livraria foi arranjada em dez seções – história, belas-letas, ciências naturais e artes, ciências civis e políticas, ciências eclesiásticas, poligrafia, manuscritos e antiguidades – sendo ainda equipada com a constante atualização das novas produções científicas e culturais (Peireira, 1983, p. 76-77). Quanto ao acervo, destacavam-se a biblioteca da Real Mesa Censória e o fundo da extinta Academia Real de História (Decreto..., Biblioteca Nacional de Portugal, código 10.612). Ademais, as duas doações de colecionadores *sui generis*, como a de frei Manuel do Cenáculo e a dos Clérigos Regulares da Divina Providência (teatinos), distinguem

o espaço entre as demais bibliotecas públicas do reino, circunscritas aos conventos de S. Francisco e S. Domingos da Cidade e à Casa de N. Sr.^a das Necessidades.

No final de 1796, Manuel de Cenáculo enviava a Ribeiro dos Santos dez caixas de livros (Pereira, 1983, p. 79), com destaque para a distinta literatura oriental, além de fazer uma doação em dinheiro (Carta n. 82, Biblioteca Nacional de Portugal, Mss. 160, 80-84). Tais ações visavam ao enaltecimento do novo *locus* diante das demais bibliotecas do Velho Mundo e, em última instância, à elevação e força do Estado.

Assim, entre os anos de 1796 e 1802, a coroa portuguesa investiu maciçamente na ampliação do acervo. Em maio de 1798, o mordomo-mor ordenava que Ribeiro dos Santos despendesse até 1:200\$ réis (Alvará..., Biblioteca Nacional de Portugal, códice 10.610.) Quatro anos depois, em meados de 1802, o príncipe regente estabelecia a quantia de 1:600\$ réis (um conto e seiscentos réis), tendo como meta a aquisição de livros e jornais literários e científicos, que eram publicados “nas cortes mais polidas da Europa” (Decreto..., Biblioteca Nacional de Portugal, códice 10.612). Paralelamente, Ribeiro dos Santos compunha os vários Catálogos da Livraria Pública, uma experiência crucial para que o *locus* alcançasse o esplendor objetivado pela monarquia, já que sabemos o quanto a produção e classificação de um catálogo de obras impressas é um ato de poder.³

Nesse sentido, a personificação dessa atividade na figura de um homem de letras de destaque – no caso Antônio Ribeiro dos Santos – representava, na prática, a exaltação da sua concepção particular de leitura; sobretudo em tempos de *Encyclopédie*, em que a disputa pelo prestígio intelectual tornara-se moeda de grande valia dentro do conflituoso universo da República das Letras. Ao colocar o seu saber a público, o bibliotecário régio ratificava a sua força intelectual e atribuía os seus hábitos de leitura para os leitores em geral.

A difícil tarefa de classificação das obras também pode ser apreendida na análise de um de seus catálogos. Intitulado *Lista de livros e periódicos estrangeiros que a Biblioteca Nacional de Lisboa necessita adquirir de novo ou para completar coleções, 1796-1816* (Biblioteca Nacional de Portugal, códice 565), esse documento é composto por uma triagem dos títulos que interessavam ao bibliotecário adquirir, sendo considerados balizas importantes para o progresso das letras em Portugal. A escolha foi prioritariamente europeia e esteve circunscrita a seis locais, entre países e cidades. Espanha, França, Itália, Nápoles, Berlim e Inglaterra, nesta ordem, aparecem como os espaços de produção que mereciam ser reverenciados nas estantes da biblioteca.

Nesse sentido, entrevemos que o critério de relevância priorizado por Ribeiro dos Santos foi indissociável dos centros literários considerados de grande reconhecimento público na Europa iluminista. Ribeiro dos Santos hierarquizou os lugares com os quais dialogava: a península Ibérica foi reverenciada pela Espanha na abertura do seu catálogo, com um total de 32 publicações impressas. Depois, França e Itália, com 53 e 28 títulos, respectivamente. Se a primeira era a “essência do espírito enciclopédico” na expressão de Franco Venturi, a segunda era a grande

3 Sobre a dificuldade e complexidade do ato de classificar livros e bibliotecas ver Algranti, 2004, p. 179.

referência da Antiguidade greco-romana, tão apreciada pelos europeus desde a Renascença. Aqui podemos incluir Nápoles que, juntamente com Milão, constituíram-se nos principais centros do Iluminismo italiano a partir de 1760 (Venturi, 2003, p. 233). Por fim, nesse movimento, sobressaíram-se Berlim e Inglaterra que, para além de terem sido apreciadores e admiradores do movimento enciclopédico, também brilhavam como centros filosóficos. Da Grã-Bretanha, por exemplo, advinha a ideologia deísta que saiu da ilha para dominar o continente. Sendo Ribeiro dos Santos um antideísta ferrenho (Pereira, 1983), não é de se espantar que a Inglaterra tenha sido relegada ao último centro intelectual de seu catálogo, tendo tido os periódicos britânicos maior importância do que as obras clássicas do país.

O bibliotecário privilegiou as obras de história, geografia, política, jurisprudência, medicina, letras (literatura e ortografia, com ênfase para os dicionários), e ciência em geral. A natureza deste corpo documental, assim como a intervenção de Ribeiro dos Santos na montagem do catálogo e na classificação das obras, provavelmente obedeceu a uma tradição literária com dois polos distintos: Portugal e Europa. No país, destacava-se a relevância do trabalho do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, que teve muito peso entre os homens de letras da segunda metade do século XVIII. Já no Continente, a classificação da *Encyclopédie* era a grande referência (Darnton, 2001, p. 252).

É curioso observarmos ainda as obras selecionadas, independente dos espaços de produção. A ênfase do catálogo foi circunscrita aos títulos impressos na segunda metade do século XVIII, com especial realce para os livros e coleções produzidos entre as décadas de 1770 e 1780. Essa perspectiva, contudo, não desviou seu interesse para os livros e periódicos veiculados na Europa durante a Idade Moderna. De *Britannica Lingua Institutiones*, obra de Joann Cambro publicada na Inglaterra em 1592, à coleção de extratos da *Bibliotheca española económico-política*, impressos na Espanha a partir de 1802, Ribeiro dos Santos procurou compor as estantes com referências clássicas. Nos títulos da Itália encontramos, por exemplo, a procura pela coleção de história antiga, *L'Abbate Viviani Collezione dell'Historici antiqui Herodoto Thucydides V. Vulgarizati*, publicada em Roma, em 1790. Para a Espanha, uma das escolhas recaiu em *Historia de Políbio Megapolitano* traduzida do grego. Já em relação à França, *Histoire del Academie Royale des Scienes de Paris* apareceu como um dos ícones da categoria “filosofia e artes”.

A febril atividade do bibliotecário português contribuiu sobremaneira na estruturação, fundação e consolidação da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, entre os anos de 1811 e 1821. Com a chegada da Corte no Brasil (1808) e a institucionalização da leitura neste novo *locus* de cultura, nascia a atividade do bibliotecário. O trabalho desses profissionais do lado americano do Atlântico foi altamente inspirado na sua congênere lisboeta, como veremos a seguir.

A BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO:

LOCUS DE CONHECIMENTO DA NOVA CAPITAL DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

Foi dentro desse universo da cultura letrada – em que a posse, leitura e circulação de livros ganhavam cada vez mais proeminência no império luso-brasileiro – que ocorreu o processo de transladação da Real Biblioteca para o Rio de Janeiro. A antropóloga Lilia Schwarcz

nos informa que o transporte das obras e coleções foi tratado como questão prioritária de Estado: ao todo chegavam sessenta mil peças de diversas naturezas colocadas em 317 caixotes com a devida classificação, que abarcavam desde manuscritos raros perpassando documentos da Coroa, até tratados de educação, mapas e gravuras (Schwarcz; Azevedo; Costa, 2002, p. 61).

O acervo foi acomodado em uma das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na rua Direita (Santos, 1981, p. 425). Sendo a livraria um “espaço emblemático da Corte” (Araújo, 2008, p. 25), era imprescindível que a realeza constituísse esse *locus* de cultura na nova sede de sua residência. Ao longo de 1809, a urgência no envio do acervo da Real Biblioteca Pública de Lisboa arrefeceu-se devido ao fracasso no avanço militar dos franceses. Por outro lado, em princípios de 1810, a coleção de obras pertencentes à Real Biblioteca d’Ajuda começava a ser transferida em segredo para a nova Corte. A primeira leva de caixotes foi acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca (Schwarcz; Azevedo; Costa, 2002, p. 266).

A segunda leva de caixotes chegava em março de 1811, com Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Já em setembro do mesmo ano, este mesmo bibliotecário informava a seu pai sobre a entrada dos “últimos 87 caixotes de livros”, que vinham sob a responsabilidade de José Lopes Saraiva, servente da Real Biblioteca (Marrocos, 2008, p. 96). O cuidado com esse importante acervo documental carregava consigo, simbolicamente, a apreçoada superioridade política da nação portuguesa perante os europeus. A história de suas grandes conquistas e vitórias atravessava o oceano juntamente com seus súditos mais diletos: os funcionários da Real Biblioteca d’Ajuda e da Real Biblioteca Pública de Lisboa, que sabiam catalogá-lo da forma mais adequada à organização de sua congênera no Brasil.

A direção do novo espaço estava nas mãos do padre Joaquim Dâmaso, pertencente à Congregação do Oratório de Lisboa, e de frei Gregório José Viegas, da terceira ordem de São Francisco. Juntos dividiam o cargo de “prefeito” – maior autoridade na hierarquia social da instituição, a quem cabia a responsabilidade do arranjo e conservação do acervo da biblioteca assim como de sua administração geral.

Em 1814, a Real Biblioteca do Rio de Janeiro era aberta ao público. As observações do padre Perereca nos colocam a par do trabalho dos funcionários da instituição entre os anos de 1810 e 1814. Segundo o religioso, o novo empreendimento cultural da realeza foi organizado em salas específicas, as coleções foram distribuídas por temas e as obras devidamente classificadas (Santos, 1981, p. 425-426). Um trabalho de tal monta contou com a ativa colaboração do príncipe regente que se preocupava em manter viva a constituição do acervo, juntamente com os seus bibliotecários, responsáveis pela aquisição de novas obras e pelo zelo do espaço. Dentre os critérios que permearam a estruturação do espaço, Luís Joaquim dos Santos Marrocos destacou a criação de um “Plano de estabelecimento público, e arranjo melhor dos empregados das reais bibliotecas” (Marrocos, 2008, p. 88) e a escolha do “Sistema de classificação bibliográfica feita pelo doutor António Ribeiro dos Santos” para balizar a composição do novo acervo (Marrocos, 2008, p. 93).

NOTAS SOBRE O ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Nesse cenário intelectual em que o livro e a leitura emergiam como instrumentos fundamentais na formação de novas ideias críticas ao *status quo*, emergem-nos algumas dúvidas. Apesar da rica descrição do padre Perereca sobre a organização do interior do espaço, como as estantes foram dispostas? E a catalogação das obras? Que tipos de livros estavam à disposição dos leitores? Como já bem demonstraram os pesquisadores Rubens Borba de Moraes e Maria Beatriz Nizza da Silva, devido à amplitude do acervo não é possível termos uma noção exata dos volumes e tipos de livros existentes na livraria régia (Moraes, 1979; Silva, 1999). A despeito disso, a conservação de um catálogo da Real Biblioteca na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro nos dá importantes indicações sobre o interior do espaço. Importante ressaltar que a pesquisa do acervo da Real Biblioteca está em andamento, sendo este artigo resultado de uma primeira análise do catálogo.

Intitulado *Catálogo por ordem alfabética das iniciais dos títulos de uma série de obras pertencentes à Real Biblioteca* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Mss. I – 13, 02,056), este manuscrito nos revela a existência de 306 títulos divididos em 65 estantes. Sendo um documento pouco explorado pelos pesquisadores do período,⁴ pretendemos conhecer em linhas gerais o que tinha dentro da biblioteca e assim perceber algumas nuances da atividade do bibliotecário ao organizar e catalogar as estantes que compunham o *locus*.

Sem data e autoria, as obras foram catalogadas por ordem alfabética, de “A” a “V”, e os temas respeitam as escolhas literárias clássicas do século XVIII. Segundo Lúcia Neves, a classificação das obras da Real Biblioteca do Rio de Janeiro tinha por base o critério retirado do catálogo do conde da Barca, dividido em cinco categorias: jurisprudência, ciências e artes, belas-letas, história e teologia (Neves, 2009, p. 279). Dentro dessas áreas do saber, o autor elegeu a história como a grande protagonista.

As obras referentes ao tema aparecem em quase todo o alfabeto, porém a maior referência esteve circunscrita à letra “H” do catálogo, somando 55 títulos. E os subtemas são bem amplos, da história militar e naval à história da botânica, perpassando a história antiga, história da Europa Ocidental, história oriental, história eclesiástica e, obviamente, a história de Portugal. Esta escolha não é, de modo algum, inusitada. Pelo contrário, dialogava com a tendência dos livreiros europeus do período, que no início do século XIX passaram a manifestar importância crescente para os livros de história (Guedes, 1987, p. 135).

Porém, de forma mais geral, entre os subtítulos há o predomínio para as obras militares, que compõe um total de 23 livros. Entre as ciências, a valorização da física e da matemática é patente, inclusive com obras de Belidor e Saint Remy. As obras de mineralogia, astronomia e agricultura, mesmo que em menor número, mereceram destaque por todo o catálogo. Nas belas-letas, a ênfase deu-se para os dicionários. Porém, dentro dessa classificação também encontramos novelas, poesia e obras de retórica.

4 Maria Beatriz Nizza da Silva faz menção ao catálogo sem, contudo, analisá-lo (Silva, 1999).

A deferência à produção intelectual francesa – seja através da seleção de autores clássicos ou de obras traduzidas para o francês – é indiscutível: composto pela quase totalidade das obras selecionadas (226), o catálogo privilegia temas da literatura política e das belas-letas, incluindo-se aí o teatro. Entre as celebridades da República das Letras, encontramos Montaigne, Erasmo de Rotterdam, Maquiavel, Bossuet, Fenellon e Corneille. Quanto aos filósofos iluministas, a referência foi Voltaire. Com *Annales de L'Empire depuis Charles Magne* (1754), *Siecle de Luis 14* (1756) e *Histoire universelle*, o autor sedicioso também estava presente. O catálogo também prestigia títulos em português (55), sendo as menções, obviamente, para autores nacionais renomados. *Obras completas* do Padre Vieira, *Escola de Belém Jesus nascido no presépio* (1730), por Alexandre de Gusmão, e três obras de Manuel de Faria & Sousa – *Histoire del Reyno de Portugal* (1730), *Nobiliário de Dom Pedro Conde de Barcelos* (1646) e *Rimas várias de Luís [de] Camões* (1685) – são os destaques do acervo lusitano. Em menor escala ainda encontramos obras em latim (9), italiano (4) e espanhol (9). Como bem analisa Roger Chartier, “graças à difusão dos catálogos, o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado em um universo infinito de livros assinalados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados” (Chartier, 1999, p. 74).

Por este prisma, mesmo sem conhecermos a data e a identidade do autor do catálogo, há a hipótese de que ele tenha sido produzido por um dos bibliotecários régios, uma vez que o título do manuscrito faz referência à “Real Biblioteca” (denominação da instituição até 1825, quando passou a ser Biblioteca Imperial e Pública da Corte). Nesse sentido, é plausível supormos que as obras selecionadas, talvez sejam as que mais interessavam à Coroa adquirir. Para termos uma ideia da composição das estantes, selecionamos, a título de exemplo, a estante 56 com suas respectivas obras. A escolha desta estante em específico justifica-se pelo grande número (e variedade temática) de livros que a compunham, quando comparada às demais estantes do catálogo.

A ESTANTE 56 DA REAL BIBLIOTECA DO RIO DE JANEIRO

TÍTULOS	LOCAL/ ANO DE PUBLICAÇÃO
Astronomie Nautique ou Elements d'Astronomie por un Observatoire fixe, ou mobile par Maupertais	Paris
Abrege de la Perfection Chrestienne du Pere Affone [ilegível] Jezuitte	Nantes, 1744
Apparas Royal ou Nouveau Dictionnaire Francaise & Latin Vouvelle Edition Paris	Paris, 1752
Cathecisme Historique par Heury	1745
Dictionnaire Abregé de la Bible pour la connoissance des Tableaux Historique	Lion, 1756
Dialogue sur la eloquence & de la chaire en particulier par Fenellon	Paris, 1753
Discours sur la Histoire Universelle par Jaque Begnigne Bossuet	Paris, 1741

Geographie Universelle abregée avec les generalités de France & les Villes ou l'on Cat Monnoye	Lion, 1672
Gentilhomme Christien quivent se santifies	Londres, 1719
Historie Des Empereurs Romaine ecrite en Latin por Suetone & Traduite por Dateil avec Nottes & Figures	Lion, 1689
Historie Des Variations de l'Églize Protestante por Bossuet	Paris, 1740
Historie Sur les Anglais & Français & sur les Voyages	1725
Heures a luzage des Pensionnaires des jesuites por Le Père Troisel	---
Letres de Madame du Montier a la Marquise de XX a fille & le Reponses	Bruxelas, 1756
Memoirs de Montecuculi Generalissime des Troupes de L'Empereur ltransburg	1740
Memoirs de Duque Trouin Lientenant General des Armées Navales de France	Amsterdã, 1755
Memoirs contenant leprecis des faits avec pieces justificatives pour reponse aux Ministres Anglois	Paris, 1756
Manuel des Ceremonies Romaines	1691
Mœurs des Iseralites & des Chriens por Fleury	Paris, 1755
Oeuvres de Marmontel	1757
Revolution de Portugal par L'Abée du Vertot	Haia, 1755
Traitté de L'ortografie française en forme de Dicttionnaire avec des Nottes Critiques	1755
Vie de Mahomet Traduite & Compilée de Laceran des Traductions authentiques & meilleurs Autheurs Arabes par Jean Gagnus	Amsterdã, 1748

Fonte: Biblioteca Nacional, Mss. I – 13, 02,056.

Há uma grande variedade de títulos na *estante 56*. Obras científicas, dicionários, livros de história, geografia, ortografia, literatura e política. Três escritores, todavia, nos chamam a atenção: Fénelon (1651-1715), um autor muito lido por d. João VI (Pedreira; Costa, 2008, p. 43), Jacques Bossuet (1627-1704), um dos mais importantes teóricos do absolutismo no século XVII, e Marmontel (1723-1799), literato francês de renome, que já tinha caído no gosto português desde meados de 1800 (Guedes, 1987, p. 138). O que notamos em todo o catálogo, mas, especificamente, nesta estante, é que a seleção dos livros para comporem o mesmo espaço não obedece, necessariamente, um critério temático, temporal ou por nações. A variedade de títulos *parecia* ser a regra. Tal afirmação, contudo, necessita de investigação mais detalhada em todo o catálogo para que possamos tirar conclusões mais precisas. A análise detida de cada uma dessas estantes talvez nos dê outros indícios importantes acerca do projeto real de compor uma biblioteca pública na nova capital do império luso-brasileiro.

Como pudemos notar, a atividade dos bibliotecários régios foi central no processo de estruturação e consolidação das bibliotecas públicas nas duas capitais do império luso-brasileiro. Para além da ampla formação intelectual, este funcionário deveria ser um súdito fiel e leal à monarquia, realizando uma constante política de aquisição e preservação de novas obras. Nesse sentido, pensavam o processo de leitura que interessava à Coroa veicular. Em outras palavras, tinham que ser bons leitores da realidade política do império. Escolher o *quê* os súditos deveriam/poderiam ler e conhecer, afinal, não indica apenas um processo civilizacional em curso capitaneado pela Coroa. É, antes de tudo, indissociável de uma questão central para a monarquia bragantina: a manutenção da soberania política.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: cultura religiosa na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2004.

ALVARÁ de criação da Real Biblioteca Pública da Corte. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.610.

ARAÚJO, Ana Cristina. Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Coordenação de Elisabet Carceller Guillamet. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, p.13-39, 2008.

AVISO de Sua Alteza em que mandou depositar na Real Biblioteca de Lisboa os documentos, e mss. da Academia Real de História Portuguesa. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.612.

CARTAS de Ribeiro dos Santos (bibliotecário real) de 1796-1797. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Mss. 160, 80-84.

CATÁLOGO por ordem alfabética das iniciais dos títulos de uma série de obras pertencentes à Real Biblioteca. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Seção de Manuscritos. I – 13,02,056.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. de Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Trad. de Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 182-199, 2006.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita*. Lisboa: (ICS) Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DECRETO da nomeação de bibliotecário-maior da Real Biblioteca Pública da Corte na pessoa do desembargador Antônio Ribeiro dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.610.

DECRETO em que S. Alteza estabelece a quantia de um conto e seiscentos mil réis para a compra de livros e jornais. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Cód. 10.612.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho. *Algumas cartas do doutor Antônio Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos*. Separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo XIV, 1974.

DOMINGOS, Manoela. A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795: planos, projetos e primeiros fundos. *Cadernos BAD*, n. 1, 1994(a).

_____. Historial da Biblioteca Nacional. In: DOMINGOS, Manuela; LOPES, Inês; OLIVEIRA, António Lopes de. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Lisboa: ABINIA, 1994(b).

GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Coordenação de Elisabet Carceller Guillamet. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O livro para se fazer memória de todas as obras que entrarem na Real Biblioteca. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séc. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, p. 277-296, 2009.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dorez. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983.

REGULAMENTO provisional das reais bibliotecas mandado observar pelo Príncipe Regente Nosso Senhor. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Livro 99.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

SCHWARCZ, Lilia M.; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Trad. de Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2003.

Recebido em 14/7/2013

Aprovado em 20/8/2013